



3 1761 06562538 6

BRIEF

DPB

0032158



ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

Separata do «Boletim da Segunda Classe» volume X

AS CARTAS
DE
CRIAÇÃO DE CIDADE
CONCEDIDAS
A POVOAÇÕES PORTUGUESAS

POR

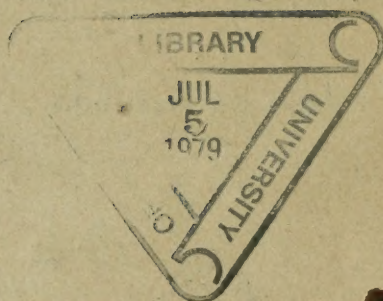
Pedro de Azevedo



ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

113 — Rua do Arco a Jesus

LISBOA



de um livro impo. e V. n. de Lisboa
o Governo.
Pedro de Azevedo
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Separata do «Boletim da Segunda Classe» volume X

AS CARTAS
DE
CRIAÇÃO DE CIDADE
CONCEDIDAS
A POVOAÇÕES PORTUGUESAS

POR
Pedro de Azevedo *n*



ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA
113 — Rua do Arco a Jesus
LISBOA

DPB
0032158

ACADEMIA DE CIÊNCIAS E LETRAS DO BRASIL

ANUÁRIO DE 1917

ANUÁRIO DE 1917

ANUÁRIO DE 1917

COIMBRA — IMPRENSA DA UNIVERSIDADE — 1917

ACADEMIA DE CIÊNCIAS E LETRAS DO BRASIL

ANUÁRIO DE 1917

COIMBRA

AS CARTAS DE CRIAÇÃO DE CIDADE CONCEDIDAS A POVOAÇÕES PORTUGUESAS

Assim como existe entre os indivíduos a ordem hierárquica, apesar dos nivelamentos sociais pretendidos, assim também ha entre as povoações profundas diferenças de categoria.

Em portugûes por ordem decrescente temos as seguintes distinções: *cidade*, *vila* e *aldeia* (mais antigamente *logar*). Outro tanto succede no espanhol. Em francês temos *ville*, *village*, e *hameau*; e no italiano: *città*, *villa* e *villaggio*.

O inglês em ordem crescente tem: *hamlet*, *village*, *thorp*, *dorp*, *ham*; *borough*, *burgh*, *town*, *city*, *capital*, *metropolis*; e o alemão: *Dorf*, *Weiler*; *Flecken*, *Städtchen*; *Stadt*.

A evolução da palavra latina *civitas* até chegar nas línguas modernas á actual significação é muito curiosa. Na antiguidade luso-romana designava uma região, como se vê nas seguintes palavras de um escritor moderno: «As *civitates* eram pois pequenos povos com organização política autónoma, cujo número aproximado é referido pelo citado autor latino (Plinio) no detalhe de cada districto. Ellas cobriam toda a província e por elas se repartiam os seus habitantes. Ora possuíam um *oppidum*, como centro de govêrno, de defesa e de habitação dentro do seu território; ora viveriam em logares abertos ou casas dispersas nos limites dêste; as últimas estariam mais

atrasadas emquanto que para aquelas despontava já a aurora da vida urbana. Cada *conventus* abrangia muitas dessas pequenas nações: o de Braga, como acaba de ver-se, compreendia uma área, na qual assistiam 24 *civitates*, *populi*. Quando tinham um *oppidum*, naturalmente êsse logar, onde se concentrava a vida da população, representava toda a *civitas*; não admira por isso que, depois da conquista, êle a dominasse» ¹.

Em todo o império romano se deu o mesmo fenómeno, como diz Prou: «La Gaule était divisée en un certain nombre de cités dont chacune correspondait à un territoire plus ou moins étendu, et avait pour chef-lieu une ville. Ainsi, pendant la période mérovingienne, on entend par cité, *civitas*, non pas une ville, mais un territoire. Mais peu à peu le mot *civitas* prit un sens plus restreint et s'appliqua à la ville chef-lieu, de telle sorte que dans les documents mérovingiennes, et surtout dans les textes littéraires, le mot *civitas* désigne tantôt un territoire, tantôt le chef-lieu de ce territoire» ².

O que Giry nos diz é o seguinte: «Dans les plus anciens documents diplomatiques qui nos soient parvenus, — ce sont en France les actes mérovingiens, — la *cité* représente encore ce que l'on peut appeler, avec M. Longnon, l'unité territoriale. Le terme *civitas* désigne ordinairement un territoire, correspondant plus ou moins à celui d'un ancien peuple gaulois, et ayant pour chef-lieu une ville épiscopale; mais parfois déjà il ne désigne que la ville épiscopale. Dans le premier sens, *civitas* a pour synonyme *parochia* ou *diocesis*, termes dont la signification, encore indécise sous les deux premières dynasties de nos rois, s'est précisée, dans l'acception des mots

¹ A. Sampaio, *As Villas do Norte de Portugal*, in *Portugalia*, 1, p. 106; cfr. sr. Leite de Vasconcellos, *Religiões*, II, p. 76.

² *La Gaule Mérovingienne*, p. 60.

françaes derivados de ces termes, au cours du XI^e siècle. Le mot *urbs* était à l'époque mérovingienne à peu près synonyme de *civitas*; lui aussi désignait le siège épiscopal et son territoire; toutefois, dès l'époque carolingienne et pendant tout le moyen âge on a nommé de préférence *civitates*, en français cités, les villes épiscopales, et le mot *urbs* n'a plus été d'un emploi fréquent»¹.

O mesmo diz o alemão Werminghoff: «Em geral a divisão secular foi o modelo da ecclesiástica: o distrito de uma *civitas* estava regularmente sob a jurisdição de um bispo»².

Ducange (ed. de 1884, tom. II, p. 347) distingue *civitas*, *urbs Episcopalis*, da *civitas Publica*, pertencente ao rei. A distinção, porém, entre *civitas* e *castrum*, por causa do episcopado, não é absoluta (p. 213).

Na lingua francesa a palavra *cité* do mesmo modo que o inglês *city* significa o assento primitivo das *villes*. Ainda significa naquela lingua o que nós chamamos *pateo* em Lisboa e *ilha* no Porto e mais modernamente *vila*, isto é «une agglomération de maisons ayant des cours communes, des passages communs, un concierge ou gardien unique, un numérotage particulier»³.

Na epoca romana a Lusitania, como sabemos para o *conventus* de Braga, estava dividida em *civitates* e é provável que antes da conquista o número ainda fosse maior, pois Estrabão escreve que os romanos transformaram em aldeias as cidades daquela provincia⁴.

Nos documentos dos *Port. Mon. Historica, Diplomata et Chartae* encontram-se numerosas referências a *civita-*

¹ *Manuel de Diplomatie*, p. 422.

² *Verfassungsgeschichte der deutschen Kirche im Mittelalter*, p. 9.

³ Bachelet, *Dict. Gén. des Lettres*, I, p. 537.

⁴ Sr. Leite de Vasconcellos. *Rel. da Lusitania*, II, p. 171.

tes, matéria pouco estudada, mas que pelo tempo adiante nos poderá dar importantes subsídios para a história da divisão administrativa da Lusitania e da Galecia. Povoações que baixaram à categoria de vila ainda ha em Portugal, havendo sido cidades episcopais na época anterior às invasões muçulmanas, taes, como Dume, Chaves, Idanha, Calabre e Beja (até o sec. XVI).

Os nossos lexicografos são parcos nas notícias, como se vê em Bluteau nos vocábulos *cidade* e *villa*.

Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario* no v.º Cidade, diz que estas são «ordinariamente assento de uma cadeira episcopal, e que ao menos algum dia foi cingida de muros, e guarneçada de castellas. E a uma povoação assim caracterisada (e presumendo sempre o alvará do soberano, que lhe conceda os foros e regalias de cidade) dizemos em latim *Urbs*, *Civitas*, ou *Oppidum*». O mesmo autor conclue muito apressadamente, em virtude de exemplos que produz, que «qualquer concelho, e principalmente tendo por capital algum *castello*, não tinha impedimento a ser decorado com o nome de cidade» ¹.

É curioso que num documento que se encontra na chancelaria de D. Afonso IV, liv. III, p. 20 de 1329 se dá a Lisboa o título de vila, no que não ha engano, porque não é caso singular.

Diz Girý ²: «Les villes d'une importance secondaire étaient à l'époque mérovingienne des *castra*».

De facto em 1088 diz D. Sisnando a respeito de Fernando Magno «accepi ab illo potestatem colinbrie et omnium ciuitatum siue castellorum que sunt in omni circuitu eius scilicet ex lameco usque ad mare» ³. Em sen-

¹ *Eluc.* I, p. 191, 2.ª edição.

² *Ob. cit.*, p. 422.

³ *Dipl. et Chartae*, p. 419.

tido mais modesto fala o Conde D. Henrique em 1097 de «regales villas et Castella nostra» ¹.

No poema Tristão e Isolda de Godofredo de Estrasburgo fala-se também de *veste stete, starke wer und manic schoene kastel* (5190) ².

As línguas fenícia e céltica não deixaram vestígios em Portugal de vocábulos correspondentes a cidade, pois *ipo*, *briga* e *oba* não tem essa significação. O arabe Almedina, nome de lugar é muito raro entre nós.

As cidades portuguesas mais antigas são todas providas de sés episcopais como succede em Braga, Coimbra, Evora, Lamego, Lisboa, Porto e Viseu, a que se seguem Guarda e Silves, criações medievais.

Uma destas cidades episcopais deu o nome a Portugal, porque, havendo-se perdido a notícia da província romana de Lusitania então em poder dos mouros e como a província da Galiza compreendia todos os cristãos rebeldes do ocidente, criou-se a necessidade de designar especialmente a parte meridional d'êste reino, para o que se escolheu o nome da *civitas* de maior importância commercial, como era o porto por onde se passava o Douro para o sul. *Calem* ou antes o porto de *Calem* seria a capital ou *oppidum* da *civitas* da Galiza duriense.

De nenhuma das referidas cidades existe o diploma que as eleva de categoria, mas daquelas de que se sabe a data da criação da diocese infere-se quando subiram a cidade, como são Silves e Guarda.

Em 1464 começa a expedição de cartas de cidade, negócio que se prolonga até 1916, umas vezes em virtude da dignidade episcopal que residia dentro dos seus muros, outras por vaidade, como são os casos recentes.

¹ *Dipl. et Chartae*, p. 515.

² Dieffenbacher, *Deutsches Leben* 1, p. 15.

Todas as cartas modernas nos são conhecidas, com excepção de Penafiel; ao passo que Portimão, à qual se expediu diploma de cidade, ainda se conserva na categoria de vila.

Os monarcas mais pródigos nestas concessões foram D. João III e D. José. O primeiro elevou a cidades Faro, Leiria, Miranda e Portalegre; o segundo Aveiro, Penafiel, Pinhel, Castelo Branco e Portimão que se não verificou.

Seguem-se D. Manuel I, D. Maria II e D. Luis que elevaram respectivamente Elvas, Tavira e Beja; Tomar, Viana do Castelo e Guimarães; Santarem, Covilhã e Figueira da Foz.

D. Afonso V, D. Sebastião, D. João V, D. Pedro V e a República (!) fizeram cidades respectivamente Bragança, Lagos, Lisboa Oriental e Ocidental, Setubal e Abrantes.

O distrito mais favorecido com estas mercês é o de Faro que tem as seguintes cidades: Silves, Tavira, Faro, Lagos e Portimão, e em seguida o de Santarem, que além da capital do distrito tem Tomar e Abrantes. Os distritos de Bragança, Viseu, Porto, Braga, Guarda, Castelo Branco, Lisboa e Portalegre e Coimbra, além das sédes tem só uma cidade que são Miranda, Lamego, Penafiel, Guimarães, Pinhel, Covilhã, Setubal, Elvas e Figueira da Foz.

Aveiro, Beja, Leiria e Viana do Castelo tem só as capitais de distrito e Vila Real nem essa mesma.

Em resumo vê-se que a denominação começa na antiguidade, e que na dissolução do império romano se manteve a custo a primitiva significação.

D. Afonso V é o primeiro monarca que a altera elevando Bragança a cidade, em atenção a uma problemática base histórica.

Ultimamente um parlamentar apresentou um projecto

de lei em virtude do qual os logares de determinado número de população deveriam ter a denominação de cidade e de vila, mas não chegou a ser discutido.

A ideia não era original e já se encontrava exposta no livro do Dr. Hassert intitulado *Die Städte*¹.

A lei de 30 de junho de 1860 sobre a contribuição industrial dividiu as povoações portuguesas em seis ordens. O artigo 4.º dispunha que as povoações que não fossem cidades ou vilas pertencessem à 6.ª ordem, qualquer que fosse o número dos seus habitantes. Para satisfazer a este preceito diligenciou o Ministério da Fazenda em 1860 e 1872 obter do Arquivo Nacional a lista das povoações agraciadas em diversas épocas com o título de cidade e vila².

Em 1907 publicou-se em Lisboa um livro que tem o seguinte título: *Cidades de Portugal. Descrição de monumentos, curiosidades, história e apreciação das 29 cidades do continente, com 28 brazões. Guia indispensavel aos viajantes, por José Augusto Correa*, 608 pag. in 8.º

O autor, porém, não justificou a escolha que fez das povoações nesse trabalho, nem sequer nos dá a significação do que seja cidade, falta desculpável, porquanto o seu trabalho era puramente prático.

É para apagar a lacuna que se encontra na nossa lexicologia que preparei este breve estudo, devidamente documentado com as cópias das cartas régias de concessão dêsse título nobiliárquico.

Pedro de Azevedo.

¹ Cf. *O Archeologo Português*, xvi, p. 194.

² *Avisos e Ordens*, maio 28, n.º 76; e maio 30, n.º 322.

DOCUMENTOS

1464

BRAGANÇA

Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte dos Juizes e officiaes e homens bõos e pouo da cidade de Bragança pellos precuradores della me foy apresentada hũa carta del Rey meu Senhor e padre que samta gloria aja de que ho theor tall he :

Dom Manuell per graça de Deus etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte dos Regedores pouo e moradores da cidade de Bragança nos foy apresentada hũa carta del Rey Dom Joham nosso senhor cuja alma deus haja da quall o theor de verbo a verbo tal he :

Dom Joham per graça de Deus, Rey de Portugall e dos Algarves daquem e dalem mar em Afryca senhor de Guine A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte dos regedores pouo e moradores da nossa cidade de Bragança nos foy apresentada hũa carta de purgaminho synada per el Rey meu Senhor e padre que Deus aja em sua santa gloria aselada com ho sello de chumbo de suas armas da qual o teor de verbo a verbo he este que se segue :

Dom Afonso per graça de Deus Rey de Portugall e do Alguarve senhor de Cepta e dAlcacer em Afryca A quantos esta carta virem fazemos saber que consirando nos os muytos e altos serviços e obras de grandes merecimentos que a nos e a El Rey Eduarte noso padre e a nosos Regnos tem feytos Dom Fernando segundo duque de Bragança meu muyto prezado e amado primo E querendo lhe galar doar como a nos cabe e por nollo elle Requerer A nós praz daquy por diante a sua villa de Bragança se chamar Cidade e aver todos llos priuilegios e liberdades que ham e deuem hauer as outras cidades de nosos Regnos e que seja em os asentamentos das cortes com ellas e os cidadãos della gouvirem de todollas honrras e preminencias de que gouuem os cidadãaos das outras nosas cidades e esto fazemos por que ouemos certa enformaçom que hantigamente ella era Cidade e asy no forall que tem he nomeada por cidade e depois se despobrou E quando se tornou a Rehedificar ficou villa e porque a nos praz de a tornar Ao primeiro estado mandamos a todos nossos officiaes e pesoas a que esto pertemper

per qualquer guisa que seja a que esta nosa carta for mostrada que daquy em diante ajam a dita villa de Bragança por cidade e asy a nomeem e lhe guardem em todo todollos privilegios e liberdades que tem as outras cidades de nossos Regnos e aos cidadãos e moradores dello sem lhe irem contra elles em parte nem em todo por que asy he nosa merce e por certidam della mandamos fazer duas cartas synadas per nós e aseladas do nosso sello do chumbo hũa que tenha o dito duque e a outra que tenha a dita cidade de Bragança. Dada em a nossa cidade de Cepta homde aa feytura desta está noso aRajall xx dias de fevereiro. Pero dAlcaçova a fez. Ano do Nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de myll e quatrocentos e sesenta e quatro¹.

Pedindo nos os sobreditos que lhe confirmassemos E nos visto seu Requerimento e querendo lhes fazer graça e merçe temos por bem e lhe confirmamos esta dita carta asy e pella guissa que em ella he conteudo sem outra algũa duvida embargo nem contradicçam que lhe em cousa algũa della seja posto em nenhũa maneira por que asy he nosa merce. Dada em a vylla de Symtra o primeiro dia de Janeiro. Joham Lopez a ffez. Anno de noso Senhor Jhesu Christo de mill e quatro centos e oytenta e seis².

Pedindo nos os ditos Regedores pouo e moradores da dita cidade que lhe confirmassemos a dita carta E visto per nós seu Requerimento e querendo lhe por ello fazer graça e merçe temos por bem e lha confirmamos asy e pella guisa e maneira que se nella comthem E asy mandamos que se cumpra e guarde inteiramente sem lhe niso ser posto outra duvida nem embargo algũu por que asy he nosa merçe. Dada em Tores Vedras a xxij dias de setembro. Vicemte Pirez a fez. Ano do nascimento de noso Senhor Jhesu Christo de mill e quatrocentos e novemta e seis.

Pedindo me os sobreditos por merce que lhe confirmasse a dita carta E visto per mim seu Requerimento e querendo lhe fazer graça e merce tenho por bem e lha confirmo e ey por confirmada e mando que se cumpra e guarde asy e da maneyra que se nella conthem. Dada em Almeirim a xij dias de março. Aires Fernandes a fez anno de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e b^cxxbj³.

¹ Chancelaria de D. Afonso V, liv. 8, fl. 128, e 1 de *Alem Douro*, fl. 180 v.

² Chancelaria de D. João II, liv. 8, fl. 145 v.

³ Chancelaria de D. João III, liv. 12, fl. 35 v., e 6 de *Privilegios*, fl. 86.

1513

ELVAS

Dom Manuel etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esguardando nos aos muitos e grandes serviços que os Reis nossos antecessores em estes nossos Reinos sempre receberam e nos temos Recebidos dos fidalguos cavalleiros escudeiros e povo da nossa muy nobre e leal villa dElvas com Risco de suas pesoas e grandes gastos de suas fazendas assy como boos e leaes vasallos como ho elles sam e sempre nos serviços dos ditos Reis nossos antecessores foram achados assy nas guerras antiguas e pasadas dantre estes Reinos com os de Castella como em todos os outros serviços nos quaes grande e lealmente sempre seruiram E vendo ha grandeza della e como sua povoraçam e nobreza vay louvores a nosso senhor cada vez em maior crescimento E como he muito pouorada de fidalguos caualleiros e outra gente de merecimento E que estam sempre parelhados pera nos seruirem com as armas e homens e caualllos E como per todas estas Rezões he cousa justa que aa dita villa façamos acrecentamento domrra com a qual consigua aquelle louvor e memoria que per seus serviços merece por esta presente carta nos praz fazermos e de feito fazemos a dita villa cidade E queremos e avemos por bem que daqui em diante se chame cidade e como tal gouua de todallas honras graças merces privilegios liberdades e franquezas que sam dadas e outorgadas pelos Reis nossos antecessores e por nos as cidades de nossos Reinos dos quaes em todo he nossa merce que use e gouva inteiramente e sem minguamento algũu porem lhe mandemos dello dar esta nossa carta por nos asinada e asellada do nosso sello de chumbo pera a terem por honrra e memoria e merce que lhes nisto fazemos por seus grandes serviços e merecimentos Dada em a nossa cidade dEvora aos vinte e hũu dias do mes dabril. Antonio Fernandez a fez Anno de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e bº e treze ¹.

1520

TAVIRA

Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte do Juiz e officiaes e homẽs bõos e pouo da minha ci-

¹ Livro 7 de Guadiana, fl. 160.

dade de Tavilla pelos procuradores dela me foy apresentada hũa carta dell Rey meu Senhor e padre que samta gloria aja de que o theor tall he :

Dom Manuell etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que esguardando nos os muytos e grandes serviços que os Reis nosos antecessores em estes nosos Regnos sempre rreçeberam e nos temos Reçebidos dos fidalgos caualeiros e escudeiros e povo da nosa muy nobre e leall villa de Tauylla com risco de suas pesoas e grandes gastos de suas fazendas asy como bõos e lleaes vasallos que elles sam E sempre nos serviços dos ditos Reys nosos antecessores foram achados asy nas guerras antiguas e pasadas damtre estes Reynos com os de Castella como em todos os outros serviços e socorros das partes dAfrica dos nossos lugares della e guerra contra os mouros nas quaes cousas grande e lleallmente sempre serviram e comtinoadamente servem e asy esperamos que ao diamte sempre façam E vendo a grandeza e nobrecimento della e como llouvres a nosso Senhor cada vez vay em mayor creçimento e como he hũa das principaes villas de nosos Reynos e muito pouuada de fidalguos e cavalleiros e outra gemente de merecimento e que estam sempre aparelhados pera nos seruirem com armas homens caualos e nauios E como per todas estas rrezões he cousa Justa que a dita villa façamos acrecentamento domrra com a quall comsygua aquelle louvor e memoria que por seus serviços mereçem por esta presente carta nos praz fazermos e de feito fazemos a dita villa cidade E queremos e avemos por bem que daquy em diamte se chame cidade e como tall gouua de totalas homrras graças merces priuilegios liberdades e franquezas que sam dadas e outorgadas pelos Reys nosos antecessores e por nos as cidades de nossos Reynos dos quaes em todo he nosa merçe que vse e guouua ynteiramente e sem mingoamento alguũ Porem lhe mandamos dar esta nosa carta por nos asynada e asellada do noso sello do chumbo pera a terem por homrra e memoria e merçe que lhe nisto fazemos por seus grandes serviços e merecimentos. Dada em a nosa cidade d'Evora a vbj dias de março. Cosmo Rodriguez a fez. Anno do Nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil b^{ex} Annos ¹.

Pedimdo-me os sobreditos por merçe que lhe confirmase a dita carta e visto por mim seu requerymento e queremdo lhe fazer graça e merçe tenho por bem e lha confirmo e ey por confirmada e mando que se cumpra e guarde asy e da maneira que se nela

¹ Chancelaria de D. Manuel, liv. 44, fl. 57.

contem e por serteza dello lhe mandey dar esta carta per mim asynada e aselada com o meu selo do chumbo. Dada em Almeirim a x dias de novembro. Ayres Fernandez a fez. Ano do nacimiento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill b^cx^b 1^a.

1521

BEJA

Dom Joham etc. a quantos esta minha carta virem ffaço saber que por parte dos Juizes e officiaes e homens bõs e pouo da minha cidade de Beja pelos procuradores della me foy apresentada hũa carta del Rey meu Senhor e padre que santa gloria aja de que o teor tall he:

Dom Manuell etc. a quantos esta nossa carta virem ffazemos saber que esguardando nos os muitos e grandes serviços que os Reis nossos amtecessores destes nosos Regnos sempre Receberam e nos temos Recebidos de fidallguos cavaleiros e escudeiros e povo da nosa muy nobre e leall villa de Beja com Risco de suas pessoas e grandes gastos de suas fazendas como bõs e leaes vasalos que sam e sempre nos serviços dos ditos Reis nossos amtecessores foram achados asy nas guerras amtigas e pasadas damtre estes Reynos com os de Castela como em todos os outros serviços e socoRos das partes dAfrica dos nosos lugares dela e gueRa contra os mouros nas quaees cousas grande e lealmente sempre serviram e contynoadamente servem e asy esperamos que ao diante ffaçam e vendo a grandeza e nobrezimento dela e como lououres a noso Senhor cada vez vay em mayor acrecentamento e como he hũa das principaes vilas de nosos Reynos e muito povoada de fidallguos e cavaleiros e outra jente de merecimento e que estam sempre aparelhados pera nos servirem com harmas homens cavalos e como per todas estas Rezões he coussa Justa que ha dita villa ffaçamos acrecentamento domRa com a qual comsyga aquele lounor e memoria que por seus serviços mereçem per esta presente nos praz a fazermos e de feyto fazemos a dita villa cidade e queremos e avemos por bem que daquy em diante se chame cidade e como tall gouva de totalas homras graças e merçes privilegios liberdades e franquezas que sam dadas e outorgadas por os Reis nosos amtecessores e por nos as cidades de nosos Reynos dos quaes em

¹ Chancelaria de D. João III, liv. 52, fl. 151.

todo he nosa merçe que use guouua inteiramente sem mingua-
mento algũu porem lhe mandamos daar esta nosa carta per nós
asynada e aselada do noso sello do chumbo pera a terem por
homRa e memoria e merçe que lhe nyso fazemos por seus grandes
serviços e merecimentes. Dada em a nosa cidade de Lisboa a x dias
de abril. Amtonio Paes a fez ano do nacimiento de noso Senhor
Jhesu Christo de mill b^cxxj ¹.

Pedimdo me os sobreditos por merce que lhe confirmase a dita
carta e visto por mim seu Requerimento querendo lhe ffaizer graça
e merçe tenho por bem e lha confirmo e hey por confirmada e
mando que se cumpra e guarde asy e da maneyra que se nella con-
tem Porem lhe mandey dar esta carta per mim asynada e aselada
do meu selo de chumbo. Dada em Almeirim a bij dias de dezembro.
Aires Fernandez a fez de mill b^cxxb ².

1540

FARO

Dom Johem etc. A quantos esta minha carta virem faço saber
que esguardando eu os muitos serviços que hos fidalgos caualeiros
escudeiros e pouo da uilla de Faram tem feitos aos Reis destes
Reynos meus antecessores e a mym com muito guasto e despesa de
suas ffaizendas e vmdo a gramdeza da dita villa e como sua po-
noração e nobreza louvores a noso Senhor vay em grande creçi-
mento e como he muito poucada de fidalgos e caualeiros e gente
de merecimento e que sempre estão aparelhados pera me seruirem
pelas quais Rezões he bem que lhe seja feito acrecentamento e
homrra com que comsygua aquell louvor e memoria que mereçe
por estes Respeitos e pela boa vomtade que tenho aos fidallgos ca-
ualeiros moradores e pouoadores della per esta presente carta me
praz fazer e de feito faço a dita villa çidade E quero e mando que
daquy em diante se chame cidade e como tall gouva de todas as
homras graças e merçes previlegios liberdades e fframquezas que são
dadas e outorguadas pelos Reys meus Amteçessores e per mym as
cidades de meus Reinos dos quaes em todo he minha merçe que
huse e goze inteiramente sem mingoamento allgũu Porem lhe mam-
dey dello dar esta minha carta asynada per mym e aselada cõ ho meu

¹ Chancelaria de D. Manuel, liv. 39, fl. 105 v; Liv. 7 de Guadiana, fl. 199 v.

² Chancelaria de D. João III, liv. 52, fl. 40.

selo de chumbo pera a terem por memoria da homra e merçe que nisto lhe faço por seus seruiços e mereçimentos. Dada em a cidade de Lixboa a sete dias de setembro. Pero Fernamdez a fez Ano do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e b^c R. E os pre-
 vilegios seram aqueles que por mym lhe forem dados posto que acima diga que use de todos os preuillegios que são dados as cidades de meus Reynos ¹.

1545

LEIRIA

Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que eu pedy ao Samto Padre que quisesse criar e aleuamtar em see cathedral a Igreja de Nosa Senhora da villa de Leirea e seu termo da Jurdição do priorado do mosteiro de Samta Cruz de Coymbra que na dita villa e seu termo tinha Jurdiçã episcopal e asy do bispado de Coymbra e fazer da dita villa e seu termo bispado por me asy parecer ser seruiço de Deus e que convinha ao bõo governo da clerezia e pouo da dita villa e seu termo e a sua samtidade aprouve de o asy comçeder e de criar e alevamtar em see cathedral a dita Igreja de Leirea e fazer o dito bispado como por mym lhe foy pedido E queremdo eu ffazer graça e merçe a dita villa de Leirea Asy pelos ditos Respeitos como per seus merecimentos e seruiços que a mym e aos Reys meus antecesores tem feitos e espero que ao diante faça de meu propio moto e livre vomtade Me praz de acreçemtar e allevantar a dita villa de Leirea em denidade e homrra e a faço çidade e lhe conçedo todas as homras privilegios e liberdades que per direito ella como çidade deve de ter e tem as outras cidades de meus Reinos e senhorios E por esta mamdo a todas minhas Justiças que daquy em diante a tenham e ajam por cidade e por tall a nomeem e lhe guardem todas as homras privilegios e liberdades que as cidades per direito minhas horde-
 nações tem asy e do modo que lhe pertencem e as tem as outras cidades de meus Reinos e senhorios. Dada em a cidade dEvora a xij dias do mes de Junho. Antonio Ferraz a fez Anno do naçimento de noso Senhor Jhesu Christo de mill e quynhentos e co-
 remta e cinco ².

¹ Chancelaria de D. João III, liv. 25, fl. 27 v.

² Idem, liv. 43, fl. 66.

1545

MIRANDA

Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem ffaço saber que eu pedy ao santo padre que quysese criar e aleuamtar em see cathredall a Igreja de nosa Senhora da villa de Miramda e apartar certa parte da diocese do arcebispado de Bragua e a conçeder por diocese e bispado da dita Igreja cathedral de Miranda por me asy parecer ser seruico de deus e que comuinha ao bõo governo da clerizia e pouuo da dita villa e dos luguares que pedy a sua samtidade que dese por diocese a dita Igreja Chatredal de Miramda E a sua samtidade aprouve de o assy comçeder e de crjar e alevamtar em see cathredall a dita Igreja de Miramda e ffazer o dito bispado como por mym lhe ffoy pedido E queremdo eu fazer graça e merçe a dita villa de Miramda Assy pelos ditos Respeitos como per seus merecimentos e serviços que A mym e aos Reys meus amtecessores tem feytos e espero que ao diamte me ffaça de meu proprio moto e livre vomtade me praz de acreçemtar e alevantar a dita villa de Miramda em dignidade e homrra e a ffaço cidade e lhe comçedo todas as homrras previlegios e liberdades que per direito ella como cidade deve de ter e tem as outras cidades de meus Reynos e senhorios E por esta mando a todas minhas Justiças que daquyem diamte a tenham e ajam por cidade e por tall a nomeem e lhe guardem todas as homras previlegios e liberdades que as cidades per direito e minhas hordenações tem asy e do modo que lhe pertence e as tem as outras cidades de meus Reinos e senhorios. Dada em a cidade dEvora a x dias do mes de Julho. Antonio Ferraz a fez Anno do nacimiento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quynhentos e corenta e cimquo ¹.

1550

PORTALEGRE

Dom João etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que eu pedy ao Sancto padre que quisesse criar e alevantar em see cathedral hũa Igreja das da villa de Portalegre ou dar licença que se fizesse nouamente a dita see cathredal em hũu lugar na dita

¹ Chancelaria de D. João III, liv. 25, fl. 169.

villa que aos executores da bulla que pera isso sua santidade passasse bem parecesse E asy que apartasse do bispado da Guarda a dita villa de Portalegre e asy certas villas outras e lugares do dito bispado da Guarda e do arcebispado d'Evora e as dese por diocesi aa dita Igreja cathedral de Portalegre E asy apartasse certas Rendas do dito bispado da Guarda e arcebispado d'Evora e as applicasse a mesa do bispo de Portalegre. E asy que applicasse as Rendas ecclesiasticas da villa d'Arronches a mesa do bispo e cabido de Portalegre do que aprouue a sua Sanctidade como larguamente se conthem na bulla da erecção e criação do dito bispado de Portalegre E querendo eu ora fazer graça e merçe aa villa de Portalegre assy pellos ditos Respeitos como por seus merecimentos e serviços que a mim e aos Reis meus antecessores tem feitos e espero que ao diante fação a mym e a meus sobcessores de meu proprio moto e livre vontade Me apraz de acrecentar e aleuantar a dita villa de Portalegre em dignidade e honra e a faço cidade e lhe concedo todas as honras privilegios e liberdades que per direito ella como cidade deve ter e tem as outras cidades de meus Reinos e senhorios e que daquy por diante se nomee por cidade E por esta mando a todas minhas Justiças e officiaes e pessoas de meus Reinos e Senhorios que daquy por diante se nomee por cidade e se intitule e nomee por cidade e por esta mando a todas minhas justiças e pessoas de meus Reinos e senhorios a tenham e ajão por cidade e por tall a nomeem e lhe guardem todas as honrras priuilegios e liberdades que as cidades per direito em minhas ordenações tem asy e do modo que lhe pertencem e as tem as outras cidades de meus Reynos e senhorios. Dada em a cidade de Lixboa a xxiiij dias do mes de mayo. Antonio Ferraz a fez Ano do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil b^cL.^{ta} anos ¹.

1573 (1579)

LAGOS

Dom Amrique etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que por ser çerteficado que o Senhor Rej meu sobrinho que Deus tem vendo a villa de Lagos muyto acreçentada em povoação e nobrecida per omde bem mereçia ser çidade avendo a isso Respeito e aos muitos serviços que dos moradores da dita villa tinha Rece-

¹ *Privilegios* de D. João III, liv. 4, fl. 117

bidos assi nos socorros e provimentos das armadas quando ao porto da dita villa hião ter como em outros serviços em que sempre o servirão e aos Reis destes Reinos como bons e leaes vasallos e que tendo por muy certo que sendo feita cidade e tendo os privilegios e liberdades que tem as outras cidades dos ditos Reinos ainda seria muito mais nobrecida e Receberia dos moradores della muitos mais serviços e querendo a acrecentar assy por os ditos serviços que tinha Recebidos como pelos que ao diante esperaua Receber e por lhes fazer merçe de seu proprio moto certa sciencia poder Real e absoluto sem elles lho Requererem nem outrem por elles, ouue por bem de a fazer cidade a xxbij dias de Janeiro do ano de mil b^olxxij. E que do dito tempo em diante se chamou cidade sem se fazer provisão da dita merçe Pedindo me ora os officiaes da camara e povo della que por lhes fazer merçe lha mandasse daar E visto per mym seu Requerimento em comprimento da merçe que lhe assi o senhor Rey meu sobrinho tinha feita e pelos mesmos Respeitos me praz e ey por bem que seja cidade e se chame a cidade de Lagos e lhe dou e concedo todos os privilegios liberdades e preheminencias que tem e são dadas e outorgadas a outras semelhantes cidades destes Reinos e os cydadãos della gozarão delles asy e tão inteiramente como tem e gozão os outros cydadãos das ditas semelhantes cidades. E mando a todos meus desembargadores corregedores ouvidores Juizes Justiças officiaes e pessoas a que esta carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que a ajão por cidade e por tal a nomeem e lhe cumpram guardem e fação inteiramente cumprir e guardar todos os priuilegios liberdades e preheminencias que são dadas e outorgadas as outras semelhantes cidades como dito hee e assi cumpram e façam cumprir esta carta como se nella contem a qual por firmeza de todo lhe mandey dar per mim asinada e assellada do meu sello de chumbo. Dada em Lixboa a xix dias do mes de março. Pedro de Seixas a fez Anno do nascimento de noso Senhor Jhesu Christo de mil b^olxxix. João de Seixas a fez escrever ¹.

1717

LISBOA ORIENTAL E OCIDENTAL

Eu ElRei faço saber aos que este Alvará virem, que havendo respeito á singular graça, que o Santo Padre Clemente Papa XI.,

¹ *Privilegios de D. Sebastião*, liv. 12, fl. 102.

hora na Igreja de Deos Presidente, liberalmente fez a estes meus Reinos, e Senhorios, e muito particularmente a esta minha muito nobre, e sempre Leal Cidade de Lisboa, erigindo nella, e na mesma Real Capella huma Basilica Patriarchal, com Prelado do mesmo Titulo, alem de outras honras, graças, e poderes, de que o dotou, e semelhantemente ao Cabido da mesma Igreja fazendo-o singular entre todos os do Mundo Christão; e por esta causa dividio o mesmo Santo Padre o antigo Arcebispoado de Lisboa em duas distinctas Dioceses, e a mesma antiga Cidade em duas Cidades distinctas, chamando-lhe a huma Lisboa Oriental, que ha de ser regida no espiritual pelo Prelado da Sé antiga, e outra Lisboa Occidental, que ora começa a reger do mesmo modo o novo Prelado da dita Basilica, a qual divisão, e denominação das ditas duas Cidades assim feitas pelo Santo Padre, eu as approvo, e de meu amplo, e supremo poder as divido, e denomino do mesmo modo para sempre, e quero, que divididas sejam perpetuamente, posto que das palavras, por que o Santo Padre se explica na separação, que dellas faz, se não pudesse, ou não devesse entender feita a dita divisão, ou carecesse da minha approvação, porque supprindo a tudo interponho meu Real poder, e as declaro formalmente divididas hum da outra, e mando que se distingão pelos titulos de Occidental e Oriental, que o Santo Padre lhe dá para sua separação, conservando cada hum a dellas todas as honras, e privilegios, e mais graças, que gozava a antiga Cidade antes de ser dividida; e pelos mesmos respeitos, e outras muitas, e muito justas causas, que a isso me movem, para maior firmeza desta divisão, e perpetua separação de Territorios, de hum a outra Cidade: Fui servido ordenar a todos os meus Tribunaes, Juizes, e mais Justças, e Officiaes do meu serviço, que nos papeis, que expedirem, ou fizerem expedir, assim em particular, como em commum, fação sempre pôr as datas com a distincção de Lisboa Occidental, ou de Lisboa Oriental, conforme a residencia, que tiverem, ou lugar donde fizerem as ditas expedições nas duas Cidades de Lisboa, que se achão divididas com os ditos dois titulos, com as demarcações, que já lhe foram feitas. E porque achando-se assim separadas para sempre as duas Cidades, convem muito á sua regencia temporal, e politica, que cada hum a tenha seu distincto Senado da Camara por bem do governo, e por bem do governo economico de cada hum a dellas, e mais effeitos das Vereações das Cidades, e representações de seus Povos: Hei por bem, e me praz dividir o mesmo antigo Senado da Camara, que consta de hum Presidente, seis Vereadores, hum Escrivão da Camara, dois Procuradores da Cidade, e quatro Procuradores dos Mesteres

della, os quaes todos constituão hum só corpo, e agora Sou servido, que constituão dois distinctos, e formaes Senados da Camara, cada hum com seu distincto Presidente, que lhe nomearem Fidalgo, e com as mais partes dos que até aqui erão, e com o numero de tres Vereadores, hum Procurador da Cidade, dois Procuradores dos Mesteres, e hum Escrivão da Camara, para o que tambem crearão de novo outro lugar, que ha de ter as partes, e gozar de todas as honras, prerogativas, e privilegios, que sempre gozarão, e tiverão os antigos Escrivães da mesma Camara; e cada hum dos ditos dois Senados, pelo modo sobredito, fará representação em cada huma das ditas Cidades divididas governando nellas, e isto pela ordem, e forma seguinte: a saber, o Presidente, que eu primeiro nomear, e os tres Vereadores, que ora são mais antigos, e hum dos sobreditos Escrivães da Camara qual delles eu eleger, e o mais antigo Procurador da Cidade com os dois mais antigos Procuradores dos Mesteres na ordem de sua nomeação, todos juntos representem o Corpo da Camara desta Cidade de Lisboa Occidental; e o Presidente, que eu tambem logo crear, e nomear, e outros Vereadores mais modernos, que hoje são, e o Escrivão da Camara, que eu eleger, e os dois sobreditos, e o Procurador, que hoje he da Cidade, e os dois mais modernos Procuradores dos Mesteres della representem o Corpo da Camara da Cidade de Lisboa Oriental, e deste modo huns e outros daqui em diante assim se chamem, intitulem, e distingão, e cada hum dos ditos dois Senados, e seus Presidentes, e Ministros gozem sem diminuição todas as honras, e jurisdicções, que ate aqui o antigo Senado da Camara, e todos elles juntos provejão como dantes, e na forma dos antigos Regimentos, e Decretos, nas duas Cidades divididas, em tudo o que cumprir a meu serviço, e bem commum dos Povos, e farão nova Casa da Vereação no lugar mais accommodado nesta Cidade de Lisboa Occidental, aonde despacharão em tres dias de cada semana todos os sobreditos juntos, e os outros tres dias de cada semana despacharão, como sohião na Casa antiga de sua Vereação da Cidade de Lisboa Oriental, fechando por este modo com seis dias de despacho em cada semana, na forma em que o fazem os outros Tribunaes, e no mesmo dia, em que se ajuntarem na Casa da Vereação desta Cidade de Lisboa Occidental, despacharão tambem negocios da Cidade de Lisboa Oriental, e no em que se ajuntarem na Casa da Vereação de Lisboa Oriental despacharão tambem negocios desta Cidade de Lisboa Occidental, e farão executar tudo em ambas as duas Cidades na forma de seus Regimentos, Decretos, e posturas, com tanto que os autos, e as datas de todas as

suas expedições as fação em nome da Cidade em cuja Casa da Vereação forem feitos os ditos despachos, e em cada huma das ditas Casas de Vereação exercerá cada hum dos ditos Presidentes a sua jurisdição, presidindo o Presidente da Camara de Lisboa Occidental nos actos, que se fizerem na Casa de sua Vereação, e o Presidente da Camara da Cidade de Lisboa Oriental na Casa de sua Vereação tambem Oriental, achando-se sempre ambos juntos em cada huma das ditas Casas, e quanto á preferencia de lugares entre os ditos Presidentes, tanto em huma Casa de Vereação, como na outra, se observará o que se pratica com os Védores da minha Fazenda, e cada hum dos ditos Escrivães da Camara por ora exercerá do mesmo modo o seu Officio, e quanto ás distribuições dos papeis, e mais negocios, entre os ditos dois Escrivães da Camara, os Senadores proverão o que entenderem, e me consultarão para eu determinar o que for servido; e nas funções, em que houver de ser presente, ou de qualquer modo chamado, e requerido o dito Senado em qualquer das duas Cidades divididas, faça somente representação com o Presidente, tres Vereadores, Escrivão, Procurador da Cidade, dois Procuradores dos Mesteres, que todos tiverem o titulo, e denominação da tal Cidade aonde se fizer a função, chamamento, notificação, acompanhamento, ou outra cousa semelhante, e serão associados em corpo de Camara com ametade dos Officiaes, e mais pessoas, que sempre acostumarão acompanhar o dito Tribunal nos taes actos em quanto foi hum só, e isto em quanto eu não mandar tomar nova forma neste modo de acompanhar em todo, ou em parte, e em quanto durarem nesta administração das duas Cidades divididas os ditos Presidentes, e os seus Vereadores pelo modo sobredito, haverão em cada hum anno alem dos ordenados, que agora levão, cada Presidente mais duzentos mil reis, e cada hum dos Vereadores mais cem mil reis, havendo respeito ao trabalho, que lhes cresce em despacharem todos os dias, e tambem á utilidade, que recebem estes Povos na maior frequencia dos ditos seus despachos; e este tal acerescentamento lhe será pago a cada hum na mesma folha, e pelo mesmo modo, que lhe forão ate aqui pagos os antigos ordenados, acerescentando-lhe esta verba de duzentos mil reis a cada Presidente, e de cem mil reis a cada Vereador, por ser assim minha mercê, e por esta forma os ditos dois divididos Senados regerão as ditas duas Cidades, as quaes rendas me praz, que fiquem por hora commuas entre os dois Senados; e se para melhor expediente for necessario multiplicar os mais Officiaes, e pessoas, que servem a cada huma das ditas Casas da Vereação

ção, os ditos dois Presidentes, e os ditos meus dois Senados me consultarão com seus pareceres para eu resolver o que for mais conveniente a meu serviço; e os ditos Presidentes, Vereadores e mais Officiaes, servirão seus cargos cumprindo inteiramente com as obrigações, que por minhas Ordens, Regimentos, Decretos, e outras Provisões estão ordenados. E hey por bem, que este meu Alvará valha, e tenha força, e vigor, como se fosse Carta feita em meu nome, e passada pela minha Chancellaria, sem embargo da Ordenação, Liv. II, Tit. 34., e 40, que o contrario dispõe, e este passará pella minha Chancellaria. = Mathias Ribeiro da Costa o fez em Lisboa Occidental, aos 15 dias do mez de Janeiro de 1717 annos. = Bartholomeu de Sousa Mexia o fiz escrever, e o sobescrevi. = Rei ¹.

1741

LISBOA

Eu ElRey Faço saber aos que este Alvará virem que por haver respeito a ter o Santo Padre Benedicto decimo quarto ora na Igreja de Deus Prezidente por justas razões que lhe forão presentes unido com meu real consentimento por sua Bulla de moto proprio de treze de Dezembro do anno proximo passado as duas cidades e territorios de Lisboa occidental e oriental extinguindo e abolindo quanto ao Governo Ecclesiastico estas denominações com as mais circumstancias que na dita Bula se contem e por me parecer conveniente que cessando a respeito do Ecclesiastico as sobreditas distincções e denominações cesse tãobem no secular a devizão que Fuy servido ordenar nesta minha muito nobre e sempre lial cidade de Lisboa repartindo a em occidental e oriental e determinando que em cada huma dellas houvesse distincto Senado da Camara com outras circumstancias expressadas no Alvará de quinze de Janeiro de mil setecentos e desesete em cuja conformidade ordeney ja a todos os Tribunaes, Juizes e mais officiaes do meu serviço que nos papeis que expedirem ou fizerem expedir assim em particular, como em comum se não faça mais a dita distincção das Cidades Hey por bem que para o diante fiquem incorporadas em huma so as duas cidades de Lisboa occidental e oriental com hum so Senado que se chamará de Lisboa sem outro algum distinctivo, o qual senado se ajuntará e fará o seu despacho na caza da vereação citta

¹ Fr. Claudio da Conceição, *Gabinete Historico*, tom. VII, 1820, p. 1.

no Rocio desta cidade em seis dias da semana com hum só Prezidente e seis vereadores, hum escrivão, dois Procuradores da Cidade e quatro Procuradores dos Misteres della, os quaes constituirão daqui em diante hum só corpo: Hey outrosim por bem que o augmento do ordenado que no dito Alvará fuy servido conceder aos Presidentes e vereadores dos dois senados de Lisboa occidental e oriental continue a diante a favor do Prezidente e vereadores do Senado de Lisboa levando na folha o Prezidente duzentos mil reis e cada hum dos vereadores cem mil reis de acrescentamento como se contem no ditto Alvará por ser assim minha merce, e pelo que toca a outra casa em que tão bem se fazia vereação e suas adjacencias determinarey o que for servido: e este meu Alvará quero que valha e tenha forza e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim assignada e passada por minha chancelaria sem embargo da ordenação do Livro segundo tittulo trinta e nove e quarenta que o contrario dispoem: e este passará por Minha Chancellaria. Lisboa trinta e hum de Agosto de mil settecentos quarenta e hum = Rey = Antonio Guedes Pereira = José Vaz de Carvalho — Passou pela chancelaria mor da Corte e Reino este Alvará na forma que nelle se ordemna. Lisboa trinta e hum de Agosto de mil settecentos quarenta e hum — Dom Miguel Maldonado — Jozé Gonçalves da Paz o fez ¹.

1759

AVEIRO

Dom Jose etc. Faço saber aos que esta minha carta virem que Eu fui servido mandar passar o Alvará do teor seguinte:

Eu El Rey Faço saber aos que este meu Alvará virem que considerando Eu a situação natural, Povoação e circunstancias que concorrem na villa de Aveiro e nos seus Habitantes, e folgando pellos dittos respeito, e por outros que inclinarão a minha Real Benignidade de lhes fazer honra e merce Hey por bem e me pras que a dita Villa de Aveiro do dia da publicação deste em diante fique erecta em Cidade e que tal seja denominada e haja todos os privilegios e liberdades de que devem gozar e gozam as outras Cidades deste Reyno, concorrendo com ellas em todos os actos publicos e uzando os Cidadões da mesma Cidade de todas as distin-

¹ Liv. 8 da Leis, fl. 92.

ções e preheminencias de que uzão os de todas as outras Cidades Pello que mando a todos os Tribunaes, Menistros, Offeciaes e Pessoas a quem este for mostrada que daqui em diante hajão a sobre-dita Villa de Aveiro por Cidade, e assim a nomeyem e lhe guardem, e a seus Cidadões e Moradores della todos os privilegios franquezas e Liberdades que tem as outras cidades destes Reynos e os Cidadões e Moradores dellas, sem irem contra elles em parte ou em todo por que assim é minha vontade e merce. E quero e mando que este meu Alvará se cumpra e guarde inteiramente como nelle se contem, sem duvida, ou embargo algum e por firmeza de tudo o que dito he ordeno a Menza do Desembargo do Paço lhe mande passar carta em dous diferentes exemplares que serão por Mim asinados passados pella Chancellaria e sellados com o sello pendente della, a saber hum delles para se guardar no Archivo da mesma cidade para seu titulo; outro para se remeter á Torre do Tombo. E para que venha á noticia de todos mando ao Desembargador do Paço Manuel Gomes de Carvalho, do meu Concelho e Chanceller mor destes meus Reinos que faça estampar a dita Carta logo que passar pella Chancellaria, e envie as copias della aos Tribunaes e Menistros a quem se costumão remeter as minhas leys para se observarem. Dada no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda aos onze de Abril de mil setecentos sincoenta e nove. — Rey — *Sebastião Jozé de Carvalho e Mello.*

E em observancia do dito meu Alvara pellos respeitos nelle declarados e por fazer honra e merce aos Moradores da dita Villa Hey por bem e me pras que do dia da publicação desta em diante fique erecta em cidade a ditta villa de Aveiro, e que tal seja denominada e haja todos os privilegios e Liberdades de que devem gozar e gozam as outras cidades deste Reino concorrendo com ellas em todos os actos publicos e uzando os cidadãos da mesma Cidade de todas as distincções e preheminencias de que uzam os de todas as outras cidades pello que mando a todos os meus Tribunaes, Menistros, Offeciaes e Pessoas a quem esta minha carta for mostrada que daqui em diante hajão a sobre-dita Villa de Aveiro por cidade e assim a nomeyem e lhe guardem e a seus Cidadões e Moradores della todos os privilegios franquezas e Liberdades que tem as outras Cidades destes Reinos e os cidadãos e Moradores dellas, sem irem contra elles em parte ou em todo, porque assim he minha vontade e merce: e quero e mando que esta minha Carta se cumpra e guarde inteiramente como nella se contem sem duvida ou embargo algum; e por firmeza de tudo a mandei passar por Mim asinada passada pella Minha Chancellaria e sellada com o sello

pendente della, a qual se remeterá a Torre do Tombo, e do teor desta se passou outra para se guardar no Archivo da mesma cidade para seu titulo; e para que venha á noticia de todos mando ao Desembargador do Paço Manoel Gomes de Carvalho, do meu Concelho, e Chanceller mor destes meus Reinos, que a faça estampar Logo que passar pela Chancellaria, enviando as copias della aos Tribunaes e Menistros a quem se costumão remeter as minhas Leys para se observarem na conformidade do dito meu Alvará; e á margem do registo deste se porá a verba necessaria, e esta carta se registara nos Livros da Camera da dita cidade de Aveiro, e nos da correição da mesma comarca. Dada na Cidade de Lisboa aos vinte e cinco dias do mes de Julho. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos sincoenta e nove. — El Rey . . . — Carta por que V. Mag.^{de} ha por bem criar em cidade a Villa de Aveiro, com todos os privilegios e Liberdades de que gosam as outras Cidades deste Reyno, concorrendo com ellas em todos os actos publicos, tudo na forma assima declarada. Para Vossa Magestade Ver. João da Costa Lima a fes. — Por alvará de Sua Mag.^{de} de onze de Abril de 1759 annos e despacho da Mesa do Desembargo do Paço de 24 de Julho do mesmo ano. *Manuel Gomes de Carvalho* = *José Pedro Emauz*. — Pedro Norberto d'Aucourt Padilha o fes escrever. — Fes tranzito pela Chancelaria Mor da Corte e Reyno e nella publicada. Lisboa, 11 de agosto de 1759, Dom Miguel Maldonado.

Registada na Chancelaria mor da Corte e Reino no Livro das Leys a fl. 127, Lisboa 11 de Agosto de 1759 — Rodrigo Xavier Alvares de Moura ¹.

1770

PENAFIEL

Dom Joze etc. Faço saber aos que esta Minha Carta virem que Eu Fui servido mandar passar o Alvará do teor seguinte:

Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem, que havendo creado pelo outro Alvará de tres de Março do presente anno a Povoação de Arrifana de Souza em Cidade de Penafiel com todos os Privilegios Liberdades, de que gozam as outras Cidades destes Reinos. E devendo com tal determinar lhe o Termo que deve ter:

¹ Maço 6 de Leis, n.º 16; livro 11 do *Registo* do Archivo, fl. 327; e livro 9 de Leis, fl. 123.

Hey por bem que daqui em diante lhe fiquem servindo do mesmo Termo todas as Terras pertencentes á Minha Coroa, sitas assim no dito Julgado de Pena Fiel, como nas Honras de Barboza, e Behetria de Gallegos, Couto de Entre Ambos os Rios, Villa de Melres, e Couto de Meinedo. Pelo que: Mando a todos os Tribunaes, Ministros, Officiaes e Pessoas, a quem este for apresentado, e o conhecimento possa pertencer, que daqui em diante hajam por Termo da referida Cidade de Pena Fiel as sobreditas Terras comprehendidas no referido Julgado, Honras, Villa e Coutos, porque assim he Minha Vontade, e Merce. E Quero, e Mando que este Meu Alvará se cumpra, e guarde inteiramente, como nelle se contem, sem duvida, ou embargo algum. E por firmeza de tudo o que dito hé, Ordeno á Meza do Dezebargo do Paço lhe mande passar Carta em dous diferentes Exemplares, que serão por Mim assignados, passados pela Chancellaria, e sellados com o sello pendente della, a saber hum delles para se guardar no Arquivo da mesma Cidade para seuTitulo, outro para se remetter á Torre do Tombo. E para que venha á noticia de todos Mando ao Doutor João Pacheco Pereira, do Meu Conselho e Dezembargador do Paço, que serve de Chanceller Mor destes Meus Reinos, que faça estampar a dita Carta, logo que passar pela Chancellaria, e envie as Copias della aos Tribunaes, e Ministros, a quem se costumam remetter as Minhas Leis para se observarem. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a vinte e e oito de Junho de mil setecentos e setenta = Rey = Martinho de Mello e Castro.

E em observancia do dito Meu Alvará pelos respeitos nelle declarados: Hey por bem, e me praz que do dia da publicação desta em diante fiquem servindo de Termo á dita Cidade de Pena Fiel todas as Terras pertencentes á Minha Casa, sitas assim no dito Julgado de Pena Fiel, como nas Honras de Barboza, e Behetria de Gallegos, Couto de Entre-Ambos-os-Rios, Villa de Melres, e Couto de Meinedo. Pelo que: Mando a todos os Tribunaes, Ministros, Officiaes, e Pessoas, a quem esta Minha Carta for apresentada e o conhecimento possa pertencer, que daqui em diante hajam por Termo da referida Cidade de Pena Fiel as sobreditas Terras comprehendidas no referido Julgado, Honras, Villa e Coutos, porque assim he Minha Vontade e Mercê: E Quero e Mando, que esta Minha Carta se cumpra e guarde inteiramente como nella se contem, sem duvida, ou embargo algum. E por firmeza de tudo a mandei passar por Mim assignada, passada pela Minha Chancellaria, e sellada com o sello pendente della, a qual se remetterá á Torre do Tombo, e do teor desta se passou outra na mesma conformidade para

se guardar no Arquivo da mesma Cidade para seu Titulo. E para que venha á noticia de todos: Mando ao Doutor João Pacheco Pereira do Meu Conselho, Dezembargador do Paço, que serve de Chanceller Mór destes Meus Reinos, que faça estampar a dita Carta, logo que passar pela Chancelaria, enviando as Copias della aos Tribunaes e Ministros, a quem se costumam remetter as Minhas Leys para se observarem. E esta se registará nos Livros da Camara da dita Cidade de Pena Fiel, e nos da Correição. Dada na Cidade de Lisboa aos dous de Agosto de mil setecentos e setenta = ElRey = Por Alvará de Sua Magestade de vinte e oito de Junho de mil setecentos e setenta = João Pacheco Pereira = Antonio Jozé de Affon- ceca Lemos = Francisco Jozé da Costa de Sotto Maior a fez escre- ver = Manuel Caetano de Paiva a fez — Foi publicada esta Carta na Chancellaria Mor da Corte e Reino. Lisboa, vinte e sinco de se- tembro de mil setecentos e setenta — Dom Sebastião Maldonado ¹.

1770

PINHEL

Dom Jozé etc. Faço saber aos que esta Minha Carta virem que Eu Fui servido mandar passar o Alvara do teor seguinte :

Eu El Rey Faço saber aos que este Alvará virem que havendo-me feito presente o Arcebispo de Evora o muito, que a demaziada extensão das Dioceses se faz incompativel com o governo dellas, e com a obrigação, que os Pastores do Rebanho de Christo tem de conhecerem as suas ovelhas, e se fazerem dellas conhecidos; para me supplicar, que impetrasse, como tenho impetrado as necessarias Letras Apostolicas, para se desmembrarem daquelle Arcebispado as duas Comarcas de Beja, e do Campo de Ourique, e se eregir nel- las huma nova Diocezi, cedendo logo em espiritual beneficio da quelles seus Diocezanos de todos os beneficios, rendas, e proventos das sobreditas duas Comarcas. E tendo com o motivo deste louva- vel exemplo sido informado com toda a certeza de que a mesma disforme extensão impossibilita nos Bispados de Lamego e Vizeu a boa administração do pasto Espiritual, que os Prelados delles não podem estender ao excessivo numero dos seus Diocezanos no estado prezente: Fiz supplicar ao Santo Padre Clemente XIV, ora Prezi- dente na universal Igreja de Deos, que com aquellas pias e urgen-

¹ Liv. 11 de Leis, fl. 22 v.

tes causas houvesse por bem conceder todas as necessarias faculdades para que dos territorios dos sobreditos Bispados de Lamego, e Vizeu se desmembrem algumas terras das mesmas Comarcas, e sejam nellas erigido hum novo Bispado, que tenha por territorio as mesmas terras e por cabeça a consideravel Villa de Pinhel. E para que nella se possa mais dignamente estabelecer a Cathedral da mesma nova Diocezi: Hey por bem, e me praz Que a dita Villa de Pinhel do dia da publicação deste em diante fique creada em Cidade: Que por tal seja tida, havida e nomeada com a denominação de *Cidade de Pinhel*: E que como tal Cidade haja e tenha todos os privilegios e liberdades, de que devem gozar, e gozam as outras Cidades destes Reinos; concorrendo com ellas em todos os actos publicos, e uzando os Cidadãos da mesma Cidade de todas as distinções e preeminencias, de que uzam os das outras Cidades sem differença alguma. Pelo que: Mando a todos os Tribunaes, Ministros Officiaes, e Pessoas a quem este for mostrado, que daqui em diante hajam a sobredita Villa de Pinhel por Cidade, e assim a nomeem, e lhe guardem, e a seus Cidadãos e Moradores della, todos os Privilegios, Franquezas e Liberdades que tem e de que gozam as outras cidades destes Reinos e os Cidadãos e moradores dellas, sem irem contra elles em parte, ou em todo porque assim hé Minha Vontade e Mercê. E Quero e Mando, que este Meu Alvará se cumpra e guarde inteiramente como nelle se contém, sem duvida, ou embargo algum. E por firmeza de tudo o que dito hé, Ordeno á Meza do Dezembargo do Paço lhe mande passar Carta em dous differentes exemplares, que serão por Mim assignados, passados pela Chancellaria, e sellados com o sello pendente della; a saber hum delles para se guardar no Arquivo da mesma Cidade para seu Titulo; e outro para se remetter á Torre do Tombo. E para que venha á noticia de todos, Mando ao Doutor João Pacheco Pereira, do Meu Conselho, e Dezembargador do Paço, que serve de Chanceller Mor destes Meus Reinos, que faça estampar a dita Carta, logo que passar pela Chancellaria e enviar copias della aos Tribunaes, e Ministros, a quem se costumam remetter as Minhas Leis para se observarem. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em vinte e sinco de Agosto de mil setecentos e settenta = Rey = Conde de Oeyras =

E em observancia do dito Meu Alvará pelos respeitos nelle declarados: Hey por bem e me praz que do dia da publicação desta em diante fique erecta em Cidade a dita Villa de Pinhel: Que por tal seja tida, havida e nomeada com a denominação de *Cidade de Pinhel*: E que como tal Cidade haja, e tenha todos os Privilegios, e Liberdades de que devem gozar, e gozam as outras Cidades destes

Reinos; concorrendo com ellas em todos os actos publicos; e uzando os Cidadãos da mesma Cidade de todas as distincções e preeminencias de que uzam os das outras Cidades sem differença alguma. Pelo que: Mando a todos os Meus Tribunaes, Ministros, Officiaes e Pessoas a quem esta Carta for mostrada, que daqui em diante hajam a sobredita Villa de Pinhel por Cidade, e assim a nomeem, e lhe guardem, e a seus Cidadãos e Moradores della todos os Privilegios, Franquezas e Liberdades que tem as outras cidades destes Reinos, e os cidadãos e Moradores dellas, sem irem contra elles em parte, ou em todo, porque assim hé Minha Vontade e Mercê. E Quero e Mando, que esta Minha Carta se cumpra, e guarde inteiramente como nella se contém, sem duvida, ou embargo algum. E para firmeza de tudo a mandei passar por Mim assignada, passada pela Chancellaria e com o sello pendente della; a qual se guardará para seu Titulo e do teor desta se passou outra para se remetter a Torre do Tombo. E para que venha á noticia de todos: Mando ao Doutor João Pacheco Pereira, do Meu Conselho, Dezem bargador do Paço, que serve de Chanseller Mor destes Meus Reinos, que faça estampar a dita Carta, logo que passar pella Chancellaria, inviando as Copias della aos Tribunaes e Ministros, a quem se costumam remetter as Minhas Leis para se observarem: E esta se registará no Livro da Camara da dita Cidade de Pinhel e no da Correição. Dada na Cidade de Lisboa, aos quatro dias do mez de setembro de mil setecentos e setenta. = El Rey = ¹.

1771

CASTELLO BRANCO

Dom Joze etc. Faço saber aos que esta Minha carta virem, que Eu fui servido mandar passar o Alvará do teor seguinte:

Eu El Rey Faço saber aos que este Alvará virem: Que havendome feito presente o Cardeal da Cunha Arcebispo de Evora o muito, que a demaziada extensão das Diocezes se faz incompativel com o governo dellas, e com a obrigação, que os Pastores do Rebanho de Christo tem de conhecerem as suas Ovelhas, e de se fazerem dellas conhecidos; para me supplicar que impetrasse, como impetrei as necessarias Letras Apostolicas para se desmembrarem daquelle Ar-

¹ Liv. 11 de Leis, fl. 20.

cebispado as duas Comarcas de Beja, e do Campo de Ourique, e se eregir nellas a nova Dioceze que com effeito se acha eregida; havendo cedido desde logo em Espiritual beneficio daquelles seus diocezanos de todos os beneficios, rendas, frutos e proventos das sobre-ditas duas Comarcas. E tendo com o motivo deste louvavel exemplo sido informado com toda a certeza de que a mesma disforme extensão impossibilita o Bispado da Guarda a boa administração do Pasto Espiritual, e da Justiça, que o Prelado delle não pode estender ao excessivo numero dos seus Diocezanos no estado presente: Fiz supplicar com consentimento do Bispo actual ao Santissimo Padre Clemente Decimo Quarto ora Prezidente na Universal Igreja de Deos, que com aquellas pias, e urgentes cauzas haja por bem conceder as necessarias faculdades, para que do Territorio do sobredito Bispado da Guarda se desmembrarem algumas Terras e ser nellas eregido hum novo Bispado que tenha por cabeça a consideravel Villa de Castello Branco: E para que nella se possa mais dignamente estabelecer a Cathedral da mesma Dioceze: Hey por bem e me praz: Que a dita villa de Castello Branco do dia da publicação deste em diante fique creada em Cidade: Que por tal seja tida, havida, e nomeada com a denominação de Cidade de Castello Branco: E que como tal Cidade haja, e tenha todos os Privilegios, e Liberdades de que devem gozar e gozam as outras Cidades destes Reinos, concorrendo com ellas em todos os actos publicos, e uzando os cidadãos da mesma Cidade de todas as distinções e preeminencias de que uzam os das outras, sem differença alguma. Pelo que: Mando a todos os Tribunaes, Ministros, Officiaes e Pessoas, a quem este for mostrado, que daqui em diante hajam a sobredita Villa de Castello Branco por Cidade, e assim a nomeem e lhe guardem e aos seus Cidadãos e Moradores della todos os Privilegios, Franquezas e Liberdades, que tem e de que uzam todas as outras Cidades destes Reinos, e os Cidadãos e Moradores della, sem hir contra elles em parte, ou em todo, porque assim he Minha Vontade e Mercê. E Quero e Mando, que este Meu Alvará se cumpra, e guarde inteiramente como nelle se contem, sem duvida, ou embargo algum. E por firmeza de tudo o que dito hé Ordeno á Meza do Dezebargo do Paço lhe mande passar Carta em dous differentes Exemplares, que serão por Mim assignados, passados pela Chancellaria e sellados com o sello pendente della a saber; hum delles para se guardar no Archivo da mesma Cidade para seu titulo; e outro para se remetter á Torre do Tombo. E para que venha á noticia de todos: Mando ao Doutor João Pacheco Pereira, do Meu Conselho e Dezebargador do Paço, que serve de Chanceller Mor destes Meus Reinos, que faça

estampar a dita Carta logo que passar pela Chancellaria, e enviar Copias della a todos os Tribunaes e Ministros, a quem se costumam remetter as Minhas Leys para se observarem. Dada no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em vinte de Março de mil setecentos setenta e hum = Rey = Marquez de Pombal.

E em observancia do dito Meu Alvará pelos respeitos nelle declarados: Hey por bem e me praz que do dia da publicação deste em diante fique erecta em Cidade a dita Villa de Castello Branco: Que por tal seja tida, havida, e nomeada com a denominação de Cidade de Castello Branco: E que como tal Cidade haja, e tenha todos os Privilegios e Liberdades de que devem gozar e gozam as outras Cidades destes Reinos; concorrendo com ellas em todos os actos publicos; e uzando os Cidadões da mesma Cidade de todas as distincções e preeminencias de que uzam os das outras Cidades sem differença alguma. Pelo que: Mando a todos os Meus Tribunaes, Ministros, Officiaes e Pessoas, a quem esta Carta for mostrada, que daqui em diante hajam a sobredita Villa de Castello Branco por Cidade, e assim a nomeem e lhe guardem e aos seus Cidadões e Moradores della todos os Privilegios, Franquezas e Liberdades que tem, e de que uzam todas as outras Cidades destes Reinos e os Cidadões e Moradores dellas, sem irem contra elles em parte, ou em todo; porque assim he Minha vontade e Mercê: E Quero e Mando, que esta Minha Carta se cumpra e guarde inteiramente, como nella se contem, sem duvida ou embargo algum. E por firmeza de tudo a mandei passar por Mim assignada, passada pela Minha Chancellaria Mor do Reino, e sellada com o sello pendente della; a qual se remetterá á Torre do Tombo. E do teor desta se passou outra na mesma Conformidade para se guardar no Archivo da mesma Cidade para seu Titulo. E para que venha á noticia de todos: Mando ao Doutor João Pacheco Pereira, do Meu Conselho e Dezembargador do Paço, que serve de Chanceller Mor destes Meus Reinos, que faça estampar a dita Carta logo que passar pela Chancellaria, enuindo as Copias della a todos os Tribunaes e Menistros a quem se costumam remetter as Minhas Leys para se observarem e esta se registará nos Livros das Camaras da dita Cidade de Castello Branco e nos da Correição. Dada na Cidade de Lisboa aos quinze dias do mez de Abril de mil setecentos setenta e hum = El Rey = Por Alvará de Sua Magestade de vinte de Março de mil setecentos setenta e hum e Despacho do Dezembargo do Paço de nove de Abril do mesmo anno. — João Pacheco Pereira — Antonio Joze de Affonseca Lemos — Francisco de Assis da Silva Padilha e Seixas a fez escrever — Jozé da Mota Cerveira a fez — João Pacheco Pereira — Foi

publicada esta carta na Chancellaria Mór da Corte e Reino. Lisboa quatro de Junho de mil setecentos setenta e hum. — Dom Sebastião Maldonado ¹.

1773

PORTIMÃO

Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem : Que achando-se o Arcebispo Bispo do Algarve por seus adiantados annos e diuturnas enfermidades na impossibilidade notoria de poder cumprir com as grandes obrigações do seu Pastoral Officio; havendo por essa cauza confirmado na Minha Real Brezença as instancias da dimissão, e renuncia do referido Bispado, que houve por bem admitir-lhe : E tendo ao mesmo tempo consideração a que aquella vasta Diocese não será bem regida, e administrada como cumpre ao serviço de Deos e Bem Espiritual dos Povos della, achando-se entregue á vigilancia, e cuidado de hum só Pastor, que não pode no estado prezente cumprir com a boa administração do Pasto Espiritual e da Justiça, á vista do excessivo numero de Diecesanos, que se contem na disforme extensão do mesmo Bispado, que comprehende em si todo o Reino do Algarve : Fis suplicar em virtude da referida Dimissão e Renuncia do sobredito Arcebispo Bispo, ao Santo Padre ora Prezidente na Igreja de Deos, que em aquellas pias, e urgentes cauzas haja por bem conceder todas as necessarias Faculdades, para que do Territorio do referido Bispado do Algarve se desmembrem algumas Terras, das quaes se erija hum novo Bispado, que tenha por cabeça a consideravel Villa Nova de Portimão. E para que nella mais dignamente se possa estabelecer a Cathedral da mesma nova Diocese: Hey por bem e me praz : Que a dita Villa Nova de Portimão do dia da publicação deste em diante fique creada em cidade : Que por tal seja tida, havida, e nomeada com a denominação de *Cidade de Portimão* : E que como tal Cidade haja e tenha todos os Privilegios, e Liberdades, que devem gozar e gozam as outras Cidades destes Reinos; concorrendo com ellas em todos os actos publicos, e uzando os Cidadãos da mesma Cidade de todas as distinções e preeminencias de que uzam todas as outras sem differença alguma.

Pelo que : Mando a todos os Tribunaes, Ministros, Officiaes e Pessoas, a quem este for mostrado, que daqui em diante hajam a

¹ Livro 11 de *Leis*, fl. 55 v.

sobredita villa Nova de Portimão por Cidade e assim a nomeem e lhe guardem e aos Cidadãos e Moradores della todos os Privilegios, Franquezas, e Liberdades, que tem, e de que gozam todas as outras cidades destes Reinos, e os Cidadões e moradores dellas; sem irem contra elles em parte, ou em tudo, porque assim hé Minha Vontade, e Mercê. E Quero e Mando que este Meu Alvará se cumpra e guarde tão inteiramente como nelle se contem, sem duvida ou embargo algum. E por firmeza de tudo o que dito hé: Ordeno á Meza do Dezembargo do Paço lhe mande passar Carta em dous differentes (*sic*) que serão por Mim assignados, passados pela Chancellaria e sellados com o sello pendente della: A saber hum delles para ser guardado no Archivo da mesma Cidade para seuTitulo: E outro para se remeter a Torre do Tombo. E para que venha a noticia de todos: Mando ao Doutor João Pacheco Pereira do Meu Conselho Dezembargador do Paço, que serve de Chanceller Mor, ou quem este Cargo servir, que faça estampar a dita Carta logo que passar pela Chancellaria, e enviar copias della a todos os Tribunaes e Ministros a quem se costumam remeter as Minhas Leys para se observarem. Dada no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda aos vinte e oito de setembro de mil setecentos setenta e tres = Rainha = Marquez de Pombal = João Chrisostomo de Faria e Sousa de Vasconcellos de Sa o fez = Antonio José de Affonseca Lemos — Foi publicado este Alvará na Chancellaria Mor da Corte e Reino. Lisboa, vinte de Fevereiro de mil setecentos setenta e sete = Dom Sebastião Maldonado ¹.

1843

TOMAR

DONA MARIA, por graça de Deos, RAINHA de Portugal, Algarves e seus Dominios etc. Faço saber aos que esta Minha Carta virem que Eu fui servida de Mandar passar o Alvará do theor seguinte:

Eu a RAINHA Faço saber aos que este Meu Alvará virem que, tendo-Me representado a Camara Municipal da notavel Villa de Thomar haver aquella terra, desde tempos immemoraveis até que foi arrasada pela irrupção dos Arabes, gozado da cathegoria de Cidade com a denominação de Nabancia, reunindo a esta circumstan-

¹ Livro 13 de *Leis*, fl. 29 v.

cia a sua grande notabilidade historica, e muitas e gloriosas recordações que lhe estão ligadas; e Attendendo não só ao allegado, mas a ser a mesma Villa uma das mais vastas e formosas destes Reinos, enriquecida com varias fabricas e ornada de numerosos e bellos edificios, entre os quaes se distingue, por sua celebridade, o do extincto Convento da Ordem de Christo, possuindo, além destes, todos os mais elementos para sustentar com dignidade a cathegoria de Cidade; e Tomando finalmente em consideração os claros testemunhos que os Thomarenses Me têm dado da sua nobre dedicação ao Throno e Carta Constitucional da Monarchia: Hei por bem e Me Praz Deferindo á Representação da Camara Municipal do Concelho de Thomar, que a dita Villa do dia da publicação deste Alvará em diante, fique erecta em Cidade, denominando-se Cidade de Thomar, e que como tal goze de todas as prerogativas que directamente lhe pertencerem. Pelo que, mando a todos os Tribunaes, Authoridades, Officiaes e mais pessoas a quem o conhecimento deste Alvará competir, que o cumpram como nelle se contém sem dúvida ou embargo algum. E por firmeza do que dito é Ordeno que, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, se lhe passe Carta em dous differentes exemplares, que serão por Mim assignados e sellados com o Sello pendente das Armas Reaes; a saber: um delles para seu titulo, e o outro para se remetter á Torre do Tombo. Pagou de Direitos setenta mil reis, como constou de um Conhecimento em forma, com o numero mil setecentos e quarenta, e data de nove do corrente mez. Dado no Paço das Necessidades, aos doze de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e quatro. = RAINHA. = *Antonio Bernardo da Costa Cabral.*

E em observancia deste Meu Alvará: Hei por bem e Me Praz que fique erecta em Cidade, com a denominação de Cidade de Thomar, a referida Villa, e que tal seja denominada, e haja todas as prerogativas que directamente lhe pertencerem. Pelo que, Mando a todos os Tribunaes, Authoridades, Officiaes, e mais pessoas a quem esta Minha Carta fôr mostrada, que hajam a sobredita Villa por Cidade, e assim a nomeiem sem duvida ou embargo algum. E por firmeza de tudo a Mandeí passar, e vai por Mim assignada, e sellada com o Sello pendente das Armas Reaes, a qual se remetterá para o Archivo da mesma Cidade, para alli ser guardada como seu titulo. E do theor desta se passou outra para ser enviada á Torre do Tombo. E para que venha á noticia de todos Mando que seja estampada, e á margem do registo do dito Alvará se porá a verba necessaria. E esta Carta se registará nos Livros da Camara da dita Cidade e no Governo Civil do Districto de Santarem.

Dada no Paço das Necessidades, em treze de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e quatro. = A RAINHA com Rubrica e guarda.
= *Antonio Bernardo da Costa Cabral* ¹.

1848

VIANA DO CASTELO

Attendendo a que a Villa de Vianna do Minho possui os elementos e recursos necessarios para bem sustentar a cathegoria de cidade derivados da sua extensão e vantagem posição topographica, da sua riqueza e importancia commercial e da qualidade dos edificios de que é composta; e Tomando igualmente em consideração os importantes serviços prestados ao Estado pelos seus habitantes, e os sentimentos de lealdade e constante adhesão ao Throno e á Carta Constitucional da Monarchia, que elles em diferentes epochas, tem manifestado por actos de acrisolada devoção civica e heroicos feitos de valor,

Por estes respeitos, e Deferindo á supplica da Camara Municipal da mencionada Villa, em vista da informação do Governador Civil de Viana, e da resposta fiscal do Procurador Geral da Coroa, com a qual Me conformo: Hei por bem e Me praz, que a Villa de Vianna do Minho fique erecta em cidade com a denominação de Cidade de Vianna do Castello, e que nesta qualidade goze de todas as prerogativas que directamente lhe pertencerem e Mando que pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino se passe Carta á Camara Municipal daquelle Concelho em dois differentes exemplares, um delles para seu Titulo e outro para se remetter ao Real Archivo da Torre do Tombo. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em vinte de Janeiro de mil oitocentos quarenta e oito. = Rainha = *Bernardo Gorjão Henriques* ².

Cópia. — Govêrno Civil de Viana. 1.^a Repartição. Ilustrissimo e Excellentissimo Senbor. — Achando-se deferida, por decreto de 20 do corrente, a Representação que essa Câmara Municipal dirigiu á Presença de Sua Magestade a Rainha, pedindo que esta vila fosse elevada á categoria de Cidade, segundo foi participado a este Go-

¹ *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, anos de 1844-1845, p. 31.

² Por amavel permissão do archivista do Ministerio do Interior, o sr. Nogueira de Brito, obtive a copia desta carta regia.

vêrno Civil em Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino de 21 do referido mês; cumpre que V. Ex.^a, em execução da mesma Portaria, solicite da sobredita secretaria, por seu bastante Procurador, a expedição do necessaria Diploma, o qual lhe será entregue com prévio pagamento dos respectivos Direitos de Mercê, e mais despesas legais. Deus Guarde a V. Ex.^a. Viana, 27 de Janeiro de 1848. O Governador Civil, Tomás de Aquino Martinz da Cruz. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senr. Presidente da Câmara Municipal de Viana. Está conforme. — O Chefe da Secretaria, *Julio de Lemos*¹.

Copia. — Ministerio do Reino. — Secretaria Geral. Segunda Repartição. Numero seiscentos e vinte e oito. Livro terceiro.—Achando-se deferida, por Decreto de vinte do corrente mez, a Representação que a Camara Municipal de Viana do Minho dirigio á Presença de Sua Magestade A Rainha, pedindo que aquella Vila fosse elevada á categoria de cidade. Manda A Mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, que o Governador Civil do Districto de Viana, assim o faça constar á sobredita Camara, para que esta solicite da referida Secretaria d'Estado, por seu bastante Procurador, a expedição do necessario Diploma, o qual lhe será entregue com previo pagamento dos seus respectivos direitos de mercê e mais despesas legais. Paço das Necessidades em vinte e um de Janeiro de mil oito centos quarenta e oito. — *Bernardo Gorjão Henriques*. — Está conforme.—Servindo de Secretario Geral, o Official, *W. de Carvalho*.

1853

GUIMARÃES

Ministerio dos Negocios do Reino

Dona Maria, por graça de Deos, Rainha de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber aos que esta Minha Carta virem, que, Tendo consideração ao que, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, Me foi exposto, ácerca da antiquissima villa de Guimarães; Attendendo a haver ella sido o berço da Monarchia, e assento da primeira Côrte dos Reis Portuguezes, onde nasceu e foi baptizado o Poderoso Dom Affonso Henriques; Attendendo a que a mesma villa disfructa a primazia de ser uma das mais populosas.

¹ A copia dêste documento e do seguinte foram-me facultadas pelo sr. Julio de Lemos, dignissimo secretario da camara de Viana do Castelo.

da Provincia do Minho, e a mais florescente em diversos ramos de industria, á qual são devidos a sua opulencia e prosperidade, e as suas relações commerciaes dentro e fóra do Paiz; Attendendo a que a famosa villa de Guimarães, sempre foi honrada por Meus Augustos Predecessores com especiaes privilegios, possuindo condições e elementos necessarios para sustentar a dignidade e cathegoria de cidade: por todas estas circumstancias, e Querendo Eu tambem Dar aos habitantes de tão nobre povoação um testemunho authenticico do distincto apreço em que Tenho a sua honrada e habitual dedicação á cultura das artes e trabalhos uteis, por Mim presencados na occasião da Minha visita às Provincias do norte: Hei por bem Elevar a villa de Guimarães á cathegoria de cidade, com a denominação de cidade de Guimarães; e Me Praz que, nesta qualidade, gose de todas as prerogativas, liberdades e franquezas, que directamente lhe pertencerem. Pelo que, Mando a todos os Tribunaes, Authoridades, Officiaes, e mais pessoas, a quem esta Minha Carta fôr mostrada, que, indo assignada por Mim, referendada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, e sellada com o sello pendente das Armas Reaes, hajam a sobredita villa por cidade, e assim a nomeiem, sem duvida, ou embargo algum. Pagou de direitos de mercê e addicionaes cento quarenta e sete mil quatrocentos vinte reis, como constou de um recibo de talão numero tres mil cento e sete, passado em nove de Junho corrente, na Direcção Geral da Thesouraria do Ministerio da Fazenda; e de um conhecimento em forma numero mil quatrocentos e quatro, passado em sete deste mez na Administração geral da Casa da Moeda e Papel sellado. É esta Carta, que será publicada no Diario do Governo, é passada em dois exemplares, um dos quaes, depois de registado nos livros da Camara Municipal de Guimarães, e no Governo Civil do Districto de Braga, servirá para titulo daquella corporação, e o outro será depositado no Real Archivo da Torre do Tombo.

Dada no Paço das Necessidades, em vinte e dois de Junho de mil oitocentos cincoenta e tres. = A RAINHA, = com rubrica e guarda. = *Rodrigo da Fonseca Magalhães*.

Carta, pela qual Vossa Magestade Ha por bem Elevar a villa de Guimarães á cathegoria de cidade, com a denominação de Cidade de Guimarães, pela forma retrò declarada. = Para Vossa Magestade vêr.

Por Decreto de 19 de Fevereiro de 1853. = *Antonio Maximo Sobreira de Azevedo Gentil* a fez ¹.

¹ *Diario do Governo*, de 5 de julho, n.º 155; *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Anno de 1853, p. 175.

1860

SETUBAL

Direcção Geral de Administração Política — 2.^a Repartição

Tendo consideração a que a muito notavel villa de Setubal gosa naturalmente da primazia de ser a povoação immediata em importação ás primeiras cidades do reino, não só pela sua grande população e excellente posição topographica e pela quantidade dos edificios que avultam dentro dos seus muros, mas tambem pelo movimento e vastidão do seu commercio, devido ao porto de mar por onde annualmente se faz uma consideravel exportação de generos e productos agricolas;

Attendendo a que estes interesses commerciaes devem ter progressivo incremento com a ligação de Setubal á cidade de Lisboa, por meio de uma linha de vapores no Tejo e de um caminho de ferro desde o Barreiro até áquella villa;

Por estas rasões, e tendo em muito preço os constantes testemunhos que os seus habitantes têm dado de nobre dedicação ao throno e ás instituições constitucionaes da monarchia: hei por bem, annuindo á representação da camara municipal de Setubal, em vista da informação do governador civil de Lisboa e resposta fiscal do procurador geral da corôa, fazer mercê á villa de Setubal de a elevar á categoria de cidade, com a denominação de cidade de Setubal; e me praz que n'esta qualidade gose de todas as prerogativas, liberdades e franquezas que directamente lhe pertencerem, devendo expedir-se á respectiva camara municipal a carta competente em dois exemplares, um para titulo d'aquella corporação e outro para ser depositado no real archivo da torre do tombo.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 19 de abril de 1860. = *REL. = Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello*¹.

1868

SANTAREM

Attendendo a que, illustre por sua remotissima antiguidade e memorias nobilissimas, veneranda pela primazia que lhe anda au-

¹ *Diário de Lisboa*, de 21 de abril, n.º 91; *Collecção Official de Legislação Portuguesa*. Anno de 1860, p. 145.

thenticado pela historia, já como colonia militar a que Julio Cesar deu o seu nome, já como convento juridico, ou cabeça de uma das tres grandes circumscripções judiciais instituidas pelo Imperador Augusto na Luzitania, já como séde do governo e residencia real nos primeiros seculos da monarchia portugueza, é a muito nobre villa de Santarem uma das insignissimas povoações do reino;

Attendendo mais a que, desde 1263 até 1478, doze vezes foram no seu recinto convocadas e celebradas as antigas côrtes;

Attendendo outrosim á importancia da sua posição, á fertilidade do seu territorio, aos gloriosos brasões do seu passado em todos os tempos, ás numerosas provas de patriotismo dadas pelos seus habitantes em diversas epochas;

Considerando finalmente que, por todas as referidas condições e demais predicamentos bem conhecidos, é esta povoação inteiramente digna de subir em preeminencia, não lhe faltando elementos para sustentar a correspondente dignidade;

Hei por bem fazer mercê á dita villa de Santarem de a elevar á categoria de cidade, com a denominação de cidade de Santarem, e me praz que n'esta qualidade goze de todas as prerogativas, liberdades e franquias, que directamente lhe pertencerem, devendo expedir-se á camara municipal respectiva a carta competente em dois exemplares, um para titulo d'aquella corporação, outro para ser depositado no real archivo da torre do tombo.

O presidente do conselho de ministros, e o ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenham entendido e façam executar. Paço, 24 de dezembro de 1868. = Rei = *Marquez de Sá da Bandeira* = Antonio, Bispo de Vizeu ¹.

1870

COVILHÃ

Ministerio dos Negocios do Reino. 1.^a Repartição

Attendendo a que a muito notavel villa da Covilhã, no districto de Castello Branco, é uma das villas mais importantes do reino pela sua população e riqueza;

Attendendo a que a mesma villa é uma das povoações do reino que mais se têm distinguido pela fecunda iniciativa de seus habi-

¹ *Diario do Governo*, de 31 de dezembro de 1868, p. 3025.

tantes na fundação e aperfeiçoamento de muitos e importantes estabelecimentos fabris, cujos productos podem já disputar primazia com os das fabricas estrangeiras mais acreditadas pelo seu desenvolvimento industrial;

E desejando dar aos habitantes da referida villa um solemne testemunho do subido apreço em que tenho os seus honrados esforços pelo progresso e aperfeiçoamento da industria nacional:

Hei por bem fazer mercê á dita villa da Covilhã de a elevar á categoria de cidade, com a denominação de cidade da Covilhã, e me praz que nesta qualidade gose de todas as prerogativas, liberdades e franquezas que directamente lhe pertencerem; devendo expedir-se á respectiva camara municipal a competente carta em dois exemplares, um para titulo d'aquella corporação e o outro para ser depositado no real archivo da torre do tombo.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 20 de outubro de 1870. = Rei. = *Antonio, Bispo de Vizeu* ¹.

1882

FIGUEIRA DA FOZ

Direcção Geral de Administração Politica e civil.

1.^a Repartição

Attendendo a que a villa da Figueira da Foz, no districto de Coimbra, é actualmente uma das mais importantes do reino pela sua população e riqueza; e desejando, por occasião da minha recente visita áquella villa, dar aos habitantes d'ella um solemne testemunho de apreço pelos honrados esforços que têm empregado para o seu progressivo desenvolvimento: hei por bem fazer mercê á dita villa da Figueira da Foz de a elevar á categoria de cidade com a denominação de «cidade da Figueira da Foz»; e me praz que n'esta qualidade gose de todas as prerogativas, liberdades e franquezas que directamente lhe pertencerem, devendo expedir-se á respectiva camara municipal a competente carta, em dois exemplares, um para titulo d'aquella corporação e outro para ser depositado no real archivo da Torre do Tombo.

¹ *Diario do Governo*, n.º 240 de 24 de outubro de 1870; *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Anno de 1870, p. 515.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de setembro de 1882.
 == Rei. == *Thomás Antonio Ribeiro Ferreira* ¹.

1916

ABRANTES

Lei n.º 601

Em nome da Nação, o Congresso da Republica decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É elevada á categoria de cidade a vila de Abrantes.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministerio e Ministro das Colonias, e os Ministros de todas as Repartições, a façam imprimir, publicar e correr. Paço do Governo da República, 14 de junho de 1916.—*Bernardino Machado*—*Antonio José de Almeida*—*Brás Mousinho de Albuquerque*—*Luis de Mesquita Carvalho*—*Afonso Costa*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*—*Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*—*Augusto Luis Vieira Soares*—*Francisco José Fernandes Costa*—*Joaquim Pedro Martins*—*Antonio Maria da Silva* ².

¹ *Diario do Governo*, n.º 215 de 23 de setembro de 1882; *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, ano de 1882, p. 410.

² *Diario do Governo*, de 14 de junho de 1916.

No sumário das sessões da camara dos Deputados de 20 de maio de 1916, p. 1379, vê-se:

«Leu-se na Mesa o parecer sobre o projecto de lei que eleva a cidade a vila de Abrantes.

«O Sr. *Luis Damas*:—Diz que o projecto representa a satisfação duma promessa feita em 1909 pelo Sr. Bernardino Machado, sendo os Srs. Brito Camacho e António José de Almeida, então, de acordo com ela.

«O Sr. *Francisco Cruz*:—Manifesta o seu contentamento por ser Abrantes elevada a cidade.

«Foi aprovado o projecto.

«O Sr. *Celorio Gil*:—Felicita-se com a votação da Câmara, acrescentando que das promessas feitas pela República foi a única que se cumpriu.

«Foi dispensada a última redacção a requerimento do Sr. *Luis Damas*».

Ainda no mesmo dia foi aprovado este projecto pelo Senado com urgência, a requerimento do sr. António Maria Baptista; e com dispensa da última redacção a pedido do sr. António Arez.

Parecer n.º 152

Senhores Deputados. — A vossa comissão de administração pública, tendo examinado a proposta de lei que eleva a vila de Abrantes à categoria de cidade, e reconhecendo como absolutamente justas as considerações que se encontram no relatório que precede a referida proposta, é de parecer que elle merece a vossa aprovação. — *Rodrigo Rodrigues — Carlos Olavo — Vasco Vasconcelos* (com declarações) — *António Fonseca* (com declarações) — *Adriano Gomes Pimenta — João Soares*, relator.

Projecto de lei n.º 14-H

Declaro que renovo a iniciativa do projecto n.º 347-E, apresentado em 28 de Junho de 1914 pelo Ex.^{mo} Presidente do Ministério, Bernardino Machado, que eleva a vila de Abrantes a cidade.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, 12 de julho de 1915.
— O Deputado, *João José Luís Damas*.

Proposta de lei n.º 347-E

Sr. Presidente e Senhores Deputados. — A vila de Abrantes tem como uma das suas maiores aspirações o ser elevada à categoria de cidade. Nesse pensamento, a actual câmara municipal do concelho sede da dita vila deliberou impetrar do Govêrno a realização daquela distinção, formulando nesse sentido a sua representação que subiu ao Ministério do Interior.

Ociosos se torna encarecer os títulos cívicos e republicanos que enaltecem a vila de Abrantes, e por isso justificar quanto é legítima a aspiração dos seus habitantes, bastando dizer-se que a referida vila, cuja população e comércio agrícola não são inferiores aos doutras pequenas cidades do país, é hoje muito recomendável ainda sob o ponto de vista do turismo, o que lhe dá a importância que falta a outras localidades melhor classificadas. E por que nenhum aumento de despesa possa trazer para o Estado a satisfação do pedido, que ao mesmo tempo é uma merecida homenagem prestada àquella terra, e ainda porque a sua elevação a cidade lhe vá valorizar mais a sua importância, que é já grande no conceito de

nacionais e estrangeiros que a visitam, tenho a honra de enviar para a Mesa a seguinte

Proposta de lei

Artigo 1.º É elevada à categoria de cidade a vila de Abrantes.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Lisboa, 28 de Junho de 1914. — *Bernardino Machado*.



PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

BRIEF

DPB

0032158

825-169

UTL AT DOWNSVIEW



D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 13 11 14 007 4